

Democracia, religião e economia na América Latina (Entrevista)

In: Revista / Journal bilingue POLITIKA, (Organização: Fundação João Mangabeira, São Paulo), Vol. 2, 2015, pp. 120-127

Manfred Nitsch*

manfred.nitsch@t-online.de

* O alemão Manfred Nitsch é professor de economia na Universidade Livre de Berlim desde 1977 e professor emérito do Instituto Latino- Americano dessa mesma universidade desde 2005. Estudou em Göttingen e Munique (Alemanha), Genebra (Suíça) e Middlebury (Estados Unidos). Suas áreas de pesquisa são bancos de desenvolvimento, reformas de sistemas de previdência, biocombustíveis, Amazônia e economia internacional. A entrevista foi realizada por Paulo Bracarense, professor da Universidade Federal do Paraná, integrante do Conselho Editorial da revista *Politika*.

Politika: Queremos agradecer a sua disponibilidade em contribuir para a revista *Politika*, dedicada nesta edição aos trinta anos da redemocratização do Brasil. Gostaríamos de ouvir suas opiniões acompanhando seu processo de engajamento pessoal e intelectual com o desenvolvimento brasileiro. O senhor nasceu em 1940 na bela região da montanha Harz e se formou lá, na Baixa Saxônia, depois dos conflitos da Segunda Grande Guerra. Seguiu-se aos seus primeiros anos de vida um processo muito especial de redemocratização da Alemanha após o fim da guerra, em 1945. Sua região pertenceu à Zona Britânica de ocupação da Alemanha até que, em 1949, foi definitivamente integrada à Alemanha Ocidental. O senhor acha possível, guardadas as diferenças históricas, construir um paralelo entre as sensações de um jovem alemão nos primeiros anos daquele processo de democratização e as de um jovem brasileiro nos anos que se seguiram ao fim do regime militar no Brasil, por um período, digamos, de dez anos, até a idade adulta?

Manfred Nitsch: O regime militar no Brasil foi muito mais brando que o regime nazista na Alemanha. Hitler deixou o país, em consequência da guerra e do holocausto, com milhões de mortos e refugiados, com cidades em ruínas. Minha pequena cidade, Bad Harzburg, um balneário com hotéis, foi convertida durante a guerra num centro hospitalar com cruces vermelhas no alto dos tetos, para impedir os bombardeios. Suas ruas foram povoadas por milhares de soldados e civis sem pernas ou braços, e todas as casas foram ocupadas por pobres desabrigados e refugiados das províncias orientais da Alemanha, que foram anexadas pela Rússia e pela Polônia. Outras partes da Alemanha foram ocupadas pela União Soviética e depois constituíram a República Democrática Alemã. Tudo isso não se compara ao que aconteceu no Brasil.

Mas, buscando algum paralelo, vejo algo em relação aos direitos humanos. As derrotas militar e moral do racismo assassino dos nazistas foram únicas na Alemanha. Isso me sensibilizou para todas as formas de discriminação. Porém, essa derrota foi também a base para a Declaração dos Direitos Humanos nas Nações Unidas em 1948. A universalização dessas normas certamente contribuiu para a luta contra os autoritarismos em todas as partes do mundo, e nesse sentido também para os grandes avanços da democratização do Brasil depois dos militares. A conversão dos submissos e humildes, mas também dos coronéis, dos poderosos e dos aristocratas, em cidadãos segundo a Constituição de 1988, por vezes referida como “constituição cidadã”, assemelha-se um pouco à minha experiência como jovem “reeducado” na Zona Britânica. Os educadores e professores eram todos declaradamente antinazistas, embora suas biografias quase sempre apresentassem pontos críticos sobre os quais não queriam falar. Provavelmente, temos aqui outro paralelismo com o Brasil e outros países com regimes autoritários: pessoas que não foram explicitamente vítimas preferiram ficar caladas, pois, de uma maneira ou de outra, colaboraram com o regime anterior e se beneficiaram dele.

Politika: Seu período de bolsista do programa americano Fulbright no Middlebury College, em Vermont, entre 1962 e 1963, certamente, foi uma experiência muito rica para um jovem universitário com pouco mais de vinte anos, apesar da dificuldade de um estudante alemão em compreender as rígidas e “ridículas” regras daquele tempo,

conforme a sua recente carta para a dra. Laurie L. Patton, que assume agora, em julho de 2015, a presidência do Middlebury College. Esse foi um período muito conflituoso no mundo. Em abril de 1961 houve a tentativa de invasão da Baía dos Porcos em Cuba e em agosto desse mesmo ano o Muro de Berlim foi construído. Em 1962, morando em Middlebury, o senhor acompanhou a crise dos mísseis que envolveu Cuba, União Soviética e Estados Unidos. Nessa época, nos Estados Unidos, ainda sobreviviam os efeitos do McCarthyismo e, como reflexo da Guerra Fria, preparavam-se os golpes militares na América Latina que teriam como marco histórico o Brasil em 1964. Como a experiência americana influenciou sua escolha pelos estudos latino-americanos? Em que momento o senhor compreendeu o papel dos Estados Unidos nos golpes militares na região e, posteriormente, na condução das políticas da América do Sul, em particular no desenvolvimento da economia dos países sul-americanos?

Manfred Nitsch: Estudei em Vermont, na Nova Inglaterra, Estados Unidos, onde John F. Kennedy, de Boston, era um herói. Sua “New Frontier” e sua “Aliança para o Progresso”, seus “Corpos de Paz” e sua defesa da liberdade democrática de Berlim – “*Ich bin ein Berliner!*” [Eu sou um berlinense!] – eram, na época, as impressões mais importantes. Foi em primeiro lugar a Guerra do Vietnã que mudou a imagem dos Estados Unidos aos meus olhos como integrante da “geração de 1968”. Mas já em Middlebury, na ocasião da crise dos mísseis, eu havia sentido certo choque quando os amigos estudantes da minha “*fraternity house*” haviam-se entusiasmado com uma guerra contra os “*fucking communists*”, sem saber o que significaria uma guerra.

Foram os cursos de economia em Middlebury e a estada posterior na Colômbia, com uma curta passagem pela Amazônia brasileira no outono de 1963, poucos meses antes do golpe de março de 1964, que me levaram aos estudos latino-americanos. Já quando estudava em Genebra, em 1960-1961 – anos em que se deu a grande onda de descolonização, com muitos conflitos armados nos impérios coloniais, mas também a declaração da Primeira Década do Desenvolvimento das Nações Unidas –, eu havia decidido que queria me dedicar ao tema do desenvolvimento, tanto em meus estudos como em minha carreira profissional.

Até hoje, parece-me que o golpe de 1964 no Brasil foi, em primeiro lugar, uma consequência do que se apresentou internacionalmente como o “caos” do Governo Goulart, ou seja, dos conflitos sociais e políticos internos. Os interesses e atividades dos Estados Unidos estavam do lado dos militares e dos grupos que apoiaram o golpe, mas tenho dúvidas quanto a terem sido decisivos para seu êxito.

Politika: Depois de iniciar seus estudos universitários em economia, pedagogia e línguas em 1959, e passar pela Espanha e pela Suíça, o senhor volta à Alemanha em 1961 para estudar na Universidade de Munique, onde permanece – com o ano acadêmico de 1962-1963 de intervalo nas Américas – até 1968. Em 1961-1962 o senhor acompanhou os preparativos e a abertura do Concílio Vaticano II (1962-1965), do papa João XXIII. Nesse período também passou pela Universidade de Munique o então liberal Joseph Ratzinger, como professor de teologia (1963-1966), que se tornaria o conservador papa Bento XVI. Ratzinger teve como pupilo o frei e teólogo brasileiro Leonardo Boff, que foi uma das grandes expressões da Teologia da Libertação na América Latina. O senhor concorda com a afirmação do professor Gerd-Rainer Horn, do Instituto de Estudos Políticos de Paris, de que as sementes da Teologia da Libertação teriam sido produzidas justamente nesse final da década de 1960 na Europa, com contribuições importantes do espanhol Jon Sobrino e o do belga Joseph Comblin? Qual a influência da Igreja Católica nos rumos do processo de democratização no Brasil, lembrando seu protagonismo na construção do Partido dos Trabalhadores no final da década de 1970?

Manfred Nitsch: Batizado como protestante luterano no Norte da Alemanha, formado sem muita piedade na família e, como já foi dito, “reeducado” por antifascistas sob a tutela dos britânicos, eu me vi em Munique, capital da Baviera no Sul católico da Alemanha, como se estivesse em outro país, no que se refere aos costumes da religiosidade popular e oficial. As procissões e outras manifestações da velha doutrina social da Igreja pareciam-me mais próximas do fascismo – como eu o havia experimentado pouco antes na Espanha de Francisco Franco durante um estágio de dois meses numa fábrica perto de Barcelona, em 1961. Depois, em Middlebury, eu

havia encontrado reservas contra Kennedy. Ele era católico e, como tal, suspeito de inclinações “ultramontanas”, isto é, pró-Vaticano e até fascistas.

Sensibilizado e curioso, acompanhei atentamente as discussões e os debates sobre o Concílio Vaticano II. Para mim, o famoso *aggiornamento* iniciado pelo papa João XXIII resultou na paz da Igreja Católica com a democracia liberal (abandono do *stato corporativo* de Mussolini e Franco como ideal), com a liberdade religiosa (abandono da união entre o Estado e a Igreja Católica e reconhecimento parcial de outras religiões e outras igrejas cristãs), com a economia de mercado (abandono do corporativismo) e com os direitos humanos universais (abandono parcial da insistência em direitos naturais divinos acima dos direitos humanos).

Porém, essa visão era bastante eurocêntrica ou norte-atlântica, pois na América Latina a velha doutrina social, obsoleta, foi posta “na ordem do dia” com um *aggiornamento sui generis*, ou seja, a Teologia da Libertação. Não conheço bem os autores mencionados, mas durante toda minha vida profissional tenho sido confrontado com ambas as linhas do catolicismo latino-americano: a da direita, do tipo Opus Dei, com a defesa dos privilégios dos ricos e poderosos e, por parte dos pobres, o fatalismo de que tudo é assim porque “foi Deus quem quis”. Do outro lado, os representantes e defensores da Teologia da Libertação têm tido a tendência de falar em “luta” e em “nós” contra “eles”, usando um vocabulário marxista e muitas vezes louvando o modelo cubano, e por isso sendo perseguidos como “comunistas” em seus respectivos países e condenados ao ostracismo teológico pelo Vaticano. Porém, as comunidades de base e as pastorais em favor dos indígenas, da reforma agrária, da defesa da mulher e das crianças, além de outras iniciativas do clero local e regional, como também o espírito geral contra o autoritarismo e em favor dos direitos humanos e cívicos, levaram a uma aliança quase natural entre o sindicalismo secular internacional, cujo expoente foi Lula, e os movimentos sociais brasileiros, muitos dos quais operando sob o guarda-chuva da Igreja sem necessariamente serem fiéis católicos.

Betinho, com sua “Ação da Cidadania contra a fome, a Miséria e pela Vida”, destaca-se como uma figura importante para unir as forças progressistas sob a bandeira da cidadania, o que até hoje se manifesta em *slogans* com termos como “para todos”, “ninguém” ou “universal”. A sociedade como um todo deve lutar contra a fome, a

pobreza e o racismo, a favor do bem-estar e da dignidade da pessoa. Para alguns, assim a esquerda firma a paz com o capitalismo, abandonando a “luta” que seria necessária, enquanto outros insistem em que essa luta deve e pode ser feita dentro dos marcos essencialmente liberais da Constituição de 1988.

Politika: O senhor abre o capítulo “Capitalismo tropical versus cidadania” – do livro *O Brasil não é mais aquele: mudanças sociais após a democratização*, organizado por Maria Angela D’Incao em 2001 – afirmando que em torno daquele período, “próximo aos governos de Fernando Henrique Cardoso, o modelo coletivo normativo das camadas populares e o discurso oficial governamental transformaram-se de um capitalismo autoritário tropical para uma visão moderna de cidadania e democracia, com suas múltiplas dimensões: econômicas, sociais e políticas”. Haviam-se passado quinze anos da eleição de Tancredo Neves e José Sarney. O senhor acredita que o processo de democratização no Brasil já estava consolidado? Como esses avanços econômicos, sociais e políticos eram compreendidos a partir de uma visão dos observadores europeus, em particular dos alemães?

Manfred Nitsch: Em última análise, com as presidências de FHC e de Lula, ambos com grande reputação e prestígio internacional já antes de assumir seus altos cargos, o Brasil passa a ser considerado um país com uma democracia consolidada. As turbulências de 2013 e 2014 e os graves escândalos de corrupção têm sido percebidos e comentados, mas – em comparação com as outras nações da América Latina e do mundo – o Brasil ainda é bem estimado e respeitado. Os poucos cartazes chamando a intervenção dos militares nas recentes manifestações foram registrados e interpretados como expressões da liberdade de opinião, mas a reivindicação, em si mesma, não foi levada a sério pelos comentaristas.

Politika: No mesmo artigo, o senhor identifica que, apesar desses avanços já alcançados pelo estabelecimento do processo democrático que se seguiu ao período ditatorial militar instaurado em 1964 e que durou até 1985, “o velho elitismo não estava morto. Ainda sobrevivia o *ancien régime* subcutâneo de direita, no sentido do

clientelismo, voto de cabresto, panelinhas, favoritismo, jeitinho, coronelismo etc. tantas vezes analisado, criticado e aparentemente banido, mas de fato nunca totalmente superado e vencido pela esquerda e pelos liberais esclarecidos”. Em 2003 o governo do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) perde as eleições para o Partido dos Trabalhadores (PT). Na sua avaliação, nesse novo período de quinze anos, com o PT dirigindo o país, a construção da democracia conseguiu superar em alguma medida as principais características do que o senhor qualificou de “*ancien régime*” subcutâneo de direita?

Manfred Nitsch: Ainda há, certamente, restos do *ancien régime*, mas tenho a impressão de que, em termos de direitos humanos, o Brasil avançou durante a liderança do PT. Até a forma pela qual a corrupção é tratada pode ser vista como avanço da justiça e da cidadania, pois uma manifestação típica do velho corporativismo foi, e ainda é, a impunidade.

Politika: Voltando um pouco à questão das doutrinas sociais religiosas e de sua relação com o atual processo de democratização do Brasil. No seu artigo “Deus é brasileiro? Reflexões atuais sobre cinquenta anos de encontros com o Brasil – e com diversas doutrinas sociais religiosas”, publicado em 2013, o senhor comenta que, em razão da profunda religiosidade popular, a lacuna na superestrutura religiosa católica abre caminhos para um marianismo carismático, para outras religiões, tais como igrejas cristãs protestantes estabelecidas, pentecostais e evangélicas, entre outras. Um fato marcante na atual política brasileira é o forte crescimento das tendências denominadas evangélicas, em particular as de cunho pentecostal. Sua influência pode ser observada na definição dos resultados das eleições em todos os níveis, na determinação da agenda da construção do Estado e no comportamento dos cidadãos. Temas como aborto, orientação sexual e, mesmo no desenvolvimento científico, estudos de células tronco são discutidos à luz de certa “religiosidade”. Esse fenômeno não é exclusivo do Brasil no contexto da América Latina. Em sua opinião, existe a possibilidade de a região caminhar para uma política que tende a depender de uma espécie de “fundamentalismo reacionário”?

Manfred Nitsch: É surpreendente para um luterano alemão, formado num meio liberal, sempre mais do lado do iluminismo secular que dos católicos, que “protestante” e “evangélico” possam ser palavras próximas a um “fundamentalismo reacionário”. Minha explicação é pan-americana: aos Estados Unidos da América, os *pilgrim fathers* já haviam levado um fundamentalismo evangélico e um destino para encontrar uma terra prometida e construir um Novo Mundo fora das intrigas e dos conflitos da velha Europa. Um pouco isolados e fiéis às palavras da Bíblia, tornaram-se fundamentalistas, mas de um fundamentalismo muito diferente do católico, porque assimilou uma característica importante da doutrina do reformador suíço Calvino: a defesa do mercado liberal e do enriquecimento – sempre dentro de uma rígida moral de honestidade.

A entrada na América Latina reflete as lacunas do catolicismo: tanto a direita como a esquerda católica têm problemas fundamentais com o liberalismo. Até o papa Francisco escreve: “Essa economia mata”, na sua Carta Apostólica recente. Ele não fala de excessos, mas da economia liberal globalmente dominante. Em contraste, os evangélicos amiúde defendem um calvinismo popular, se não às vezes vulgar, pois o fiel que paga mais para a igreja chega mais certamente ao paraíso, prometendo a bênção divina para o progresso econômico e social. Denunciada como “teologia da prosperidade”, esse tipo de religião corresponde aos anseios das pessoas e à vida cotidiana no *shopping*, na escola e nas empresas e nas administrações públicas. Porém, na esfera política e nos movimentos sociais, evangélicos são geralmente mais conservadores que os católicos, indo de encontro aos princípios da igualdade cidadã, aos direitos da mulher, à liberdade religiosa e à luta contra a discriminação a homossexuais e de outras minorias.

Outra lacuna deixada pela Igreja Católica pode ser vista na dificuldade do clero com a religiosidade popular tradicional. As duas alas do catolicismo têm problemas no *aggiornamento* dos cultos de santos, das cerimônias, das festas eclesiais e familiares e dos discursos para criar uma comunidade de fiéis, se as crenças das pessoas divergem tanto. Ao contrário, os evangélicos e pentecostais, como “novos”, sem tradições divergentes em suas localidades e comunidades, podem oferecer tanto uma visão moderna da economia e da política liberal como uma mais homogênea comunidade de

fiéis, com fortes crenças comuns. Por fim, vale enfatizar que no Brasil a maior tendência nas normas vigentes é provavelmente o secularismo. Em meu artigo “Deus é brasileiro?”, defendo a tese de que o Brasil é o país mais avançado no processo de assumir e aceitar, no seu superego coletivo (quase “Deus”), os direitos humanos e as outras normas universais das Nações Unidas.

Nesse contexto, quero complementar minha resposta à sua primeira pergunta sobre como deixamos para trás a ditadura de Hitler e reconstruímos a democracia, fazendo uma reflexão sobre a esfera religiosa. Desde os primórdios, a ordem política e econômica liberal da República Federal da Alemanha, a “economia social de mercado” da Alemanha Ocidental, foi abençoada por ambas as igrejas com muita ênfase. Havia um profundo sentimento de vergonha, tanto na Igreja Católica, com seu viés em favor do fascismo, como nas igrejas protestantes, onde havia uma ala significativa a favor de apoiar Hitler como um salvador da pátria. O tradicional antijudaísmo cristão de ambas as igrejas havia sido uma importante semente para o bárbaro antissemitismo assassino dos nazis.

No lado da política constitucional, a União Demócrata Cristã (CDU), de Konrad Adenauer, assumiu então a hegemonia durante a maior parte da vida política na Alemanha – do pós-guerra até hoje, com Angela Merkel. Também a “economia social de mercado” – em nível nacional, como a ordem fundamentalmente liberal, e em nível do “mundo ocidental” e do globo – recebeu a bênção, explícita ou implícita, não apenas dos protestantes, constantemente ao lado do calvinismo, mas também da Igreja Católica.

Por isso fico muito irritado quando na América Latina a ordem liberal, tanto político-constitucional como econômico-social, é tantas vezes atacada como “neoliberal” não somente pela esquerda, mas também pelas autoridades católicas, quer sejam defensoras dos privilegiados, segundo a velha doutrina social da Igreja, quer sejam defensoras dos “pobres”. A denúncia de que a ordem formalmente estabelecida e vivida é “desumana”, ou é uma ordem “que mata”, deixa moralmente indefesas as autoridades policiais, judiciais, políticas e administrativas que defendem essa ordem; por isso, elas ficam abertas à corrupção e à violência. No catolicismo latino-americano falta uma dose de calvinismo para competir com os evangélicos, mas também para

apoiar, legitimizar e até abençoar o anseio das camadas mais baixas de sair da pobreza e não ser, como “pobres”, objeto de caridade e de atenção especial, como ovelhas seguidoras de “pastores”.

Politika: Em seu recente artigo para o Sebrae: “Garantias de crédito para micro e pequenas empresas: experiências com sistemas entre autoajuda, fomento público e parcerias público-privadas”, o senhor estabelece o que chama de “triângulo básico entre financiador, devedor e garantidor”. A ideia básica é que nas sociedades humanas sempre existiu o crédito e a obrigação, ou a dívida entre as pessoas. E também que possivelmente sempre existiu um terceiro que desse fiança ou garantias de que o credor ou o financiador seria protegido do risco de perder seu dinheiro caso o devedor não pudesse ou não quisesse pagar. Em maio de 2015, o Brasil recebeu Muhammad Yunus para diversas rodadas de conferências, principalmente em universidades. Ele recebeu o Prêmio Nobel da Paz em 2006 por sua luta contra a pobreza em Bangladesh através da concessão de microcrédito para a população pobre, com a criação do Grameen Bank. Ele afirmou que o banco empresta quase R\$ 5 bilhões por ano e, atualmente, tem cerca de 8 milhões de clientes, dos quais 97% são mulheres. O senhor acredita que a opção proposta por Yunus pode servir como um instrumento de consolidação democrática no Brasil – que tem uma das piores distribuições de renda do planeta, segundo o índice de Gini – ou serve apenas para reforçar as políticas de mitigação da pobreza?

Manfred Nitsch: Yunus é uma pessoa incrível e um grande advogado das microfinanças. O Prêmio Nobel da Paz (não da Economia!) para ele e seu Grameen Bank é bem justificado. No mundo moderno, o acesso ao sistema financeiro formal ainda não é “normal” para todas as pessoas do mundo, mas deveria ser. Porém, tradicionalmente, existem barreiras, tanto de ordem mental e cultural quanto de custos, que inibem o uso de serviços financeiros. Com a digitalização nas últimas décadas, os custos desse tipo de negócio caíram tão drasticamente, que me parece que boa parte do “barulho” em torno das microfinanças deve-se aos progressos tecnológicos. O conceito do Grameen Bank, de Yunus, foi inovador em três aspectos. Primeiro: confiança mútua – nas pessoas pobres como clientes honestos e no banco

como administrador de poupança e prestador confiável, quando se precisar de crédito uma próxima vez. Segundo: mulheres como clientes individuais e como membros de grupos, fora de seu contexto familiar, mas em consonância com a família e a comunidade – uma questão bem difícil num meio islâmico e além. Terceiro: o crédito como negócio e não como beneficência ou usura, ou seja, com condições confiáveis que cubram os custos e incluam certa rentabilidade do capital aplicado.

Assim, em grande medida, o microcrédito formal não tem sido uma fonte de capital adicional, mas tem substituído o agiota informal mais ou menos usurário para o financiamento do consumo ou o investimento. Seu papel para iniciar novos negócios ou investimentos adicionais não deve ser exagerado. Se alguma “mitigação da pobreza” puder ser alcançada assim, já será um avanço importante. Seja muito alto ou baixo, o custo do crédito sempre ocupa um lugar bastante modesto numa conta de custos e benefícios de pessoas de qualquer nível social. Acesso é importante, mas, como na introdução de infraestrutura de caminhos vicinais, eletricidade ou água, o acesso ao sistema financeiro não é uma panaceia para superar a pobreza, mas justamente uma dimensão entre outras.

Yunus é também um gênio das relações públicas. Quando seu conceito básico perdeu originalidade, porque o enfoque comercial para as microfinanças tornou-se opinião dominante, ele começou a propagar os “negócios sociais”, ou seja, uma forma de empresa ou associação um pouco como as OSIP’s no Brasil: rentabilidade como empresa, mas sem maximização, e altruísmo como ONG, mas sem doações. Penso que há um nicho para isso, mas para mitigar a pobreza, ou até superar a má distribuição da renda nacional ou global, não se tem o apelo maciço que viria de impactos macroeconômicos. Convince-me mais o enfoque do Sebrae, isto é, a visão de empresários honestos e ecologicamente responsáveis, justos com seus trabalhadores, parceiros e cumpridores da lei. Registro único, bancarização e apoio técnico para inovações são instrumentos típicos desse enfoque.

Altruísmo e engajamento social são sempre bem-vindos, mas para a grande massa de empresas e pessoas basta cumprir as normas éticas vigentes, dando espaço para ganhar dinheiro e fazer a empresa avançar, ajudando os desprivilegiados a saírem da pobreza e se converterem em cidadãos políticos e econômicos.

Politika: Na sua agenda de trabalho sobre o Brasil há uma clara preocupação com a questão do desenvolvimento sustentável em seus três pilares: econômico, social e ambiental. Seus artigos sobre a Amazônia, sua contribuição para a participação do Sebrae na “Rio + 20” e as discussões sobre a matriz energética – particularmente a política brasileira para a produção do etanol – são reveladores de sua preocupação com o que poderíamos chamar de “questão ecológica”. Em recente publicação, com versão para o inglês intitulada “The good society without growth”, o professor Reinhard Loske, ex-deputado do Partido Verde alemão, questiona a necessidade de as sociedades terem o crescimento econômico como paradigma. Ele vai adiante e pergunta: “Por que o crescimento verde não é suficiente?”, alegando que mesmo o crescimento sustentável não será suficiente, quando se projeta uma população mundial de 9 bilhões de pessoas em 2050. Como o senhor enxerga o desenvolvimento de uma sociedade democrática no Brasil, onde parece ser necessária uma mudança nos processos produtivos e nos padrões de consumo, sem que as camadas menos favorecidas sejam as mais penalizadas por uma opção próxima à que Loske propõe?

Manfred Nitsch: O Produto Interno Bruto (PIB) é uma adição do valor monetário líquido de todas as compras e vendas, consumo, investimento, exportações e importações, e dos pagamentos de impostos e contribuições ao Estado numa certa região. Com o progresso técnico, a gama de produtos e preços muda sempre. Nas últimas décadas, ou até nos últimos séculos, tem aumentado imensamente a produtividade do trabalho humano e, conseqüentemente, a renda *per capita* no mundo inteiro. Esse crescimento, sem dúvida, baseou-se na exploração dos recursos naturais e na poluição da atmosfera e dos oceanos. Dado que a criatividade do *Homo sapiens* não vai desaparecer e tampouco a moeda, também no futuro teremos algo como o PIB *per capita*, e se esta soma irá crescer ou diminuir, em termos nominais ou reais, vai depender, entre outros aspectos, da forma como os serviços ambientais vão ser monetizados. A reivindicação de os mercados monetários passarem a trabalhar com preços ecologicamente corretos pode se viabilizar, com valores mais altos para bens e serviços hoje subapreciados. Essa condição nos levaria a um crescimento “belamente” verde. Reinhard Loske trata muito bem o crescimento sujo, do tipo

business as usual. Certamente, todos deveríamos viver com menos poluição e desperdícios – e, neste sentido, com menos PIB. O discurso de que os menos favorecidos seriam penalizados com a introdução de instrumentos econômicos de “esverdeamento” parece-me um discurso dos privilegiados que não querem pôr em risco sua piscina e seu carro particular.

Um olhar crítico sobre os processos produtivos e os padrões de consumo precisa ocorrer sempre, tanto do ponto de vista ecológico como do social. Nossos primeiros estudos sobre o etanol como combustível datam da década de 1980, e até hoje vale a regra de que calorias em forma de comestíveis sempre são mais nobres e monetariamente mais caras do que na forma de combustíveis. Com exceção de curtas flutuações extraordinárias dos preços internacionais do petróleo e do açúcar, sempre foi mais econômico exportar açúcar e importar petróleo ou gasolina do que usar o suco da cana para etanol como combustível. O subsídio para o setor sucroalcooleiro e para os donos de carros individuais foi e ainda é pago pelos consumidores e pelos pagadores de impostos brasileiros.

Na Amazônia, participei de parte do Programa Piloto do Grupo dos 7 para a Conservação da Floresta Tropical no Brasil (PPG7) como membro do Grupo Assessor Internacional (IAG). Foi quase impossível superar a doutrina sempre e ainda hoje colonial da “fronteira”, além da qual haveria “riquezas enormes” a serem conquistadas por bandeirantes por via do desmatamento e da colonização. A Constituição de 1988 define a floresta tropical como “patrimônio nacional”, mas não inibe sua destruição nem a conversão de sua terra em pastagem ou plantação. Com as recentes secas e outras extravagâncias do clima, difunde-se agora um pouco mais o conhecimento sobre o valor extraordinário dos serviços ambientais das florestas amazônicas e atlânticas e os altíssimos riscos para toda a América do Sul e além, se o desmatamento não terminar – porém, a cultura exaustiva continua. São lentas e complicadas as iniciativas internacionais de monetizar e pagar por esses serviços, como a *Reduction of Emissions from Deforestation and the Degradation of Forests (REDD)* e os mercados de carbono.

Sou pessimista com relação à preservação sem uma virada corajosa da política ambiental e agropecuário-florestal do governo federal e também dos governos

estaduais e municipais da região amazônica. As ONGs ambientalistas e indígenas fazem um bom trabalho, mas o *slogan* das campanhas contra a “internacionalização da Amazônia” torna difícil o apoio internacional e também atrapalha o esclarecimento dos aspectos verdadeiramente internacionais e globais das funções climáticas que as florestas tropicais brasileiras têm para o planeta.

Politika: Para finalizar, três questões fáceis de formular: Existe “bom capitalismo” e “mau capitalismo”? O dinheiro é um fenômeno diabólico? Deus é brasileiro?

Manfred Nitsch: Primeiro: sim, existe um bom capitalismo. São os excessos e as deficiências reparáveis da economia de mercado (“mau capitalismo”) que inibem um resultado melhor. Economia “paradisíaca” não existe. Segundo: o dinheiro é algo sim(bólico) que se converte em dia(bólico), quando não é bem regulado e bem monitorado. Demonizar a economia monetária, como tal, significa permitir corrupção e violência contra os representantes das ordens liberais. Terceiro: claro que sim!